



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 94/XIII/ 2.ª SL

Aos 06 dias do mês de junho de 2017, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição da Deputada ao Parlamento Europeu Maria João Rodrigues sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais (conjunta com a Comissão de Assuntos Europeus).

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada **Regina Bastos (PSD)**, deu início à reunião dando as boas vindas à Senhora Deputada ao Parlamento Europeu, **Maria João Rodrigues**, agradecendo-lhe ter aceite o convite para participar numa reunião na Assembleia da República, ao Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social, Deputado **Feliciano Barreiras Duarte (PSD)**, à Senhora Presidente da Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação, Deputada **Elza Pais (PS)** e às Senhoras e aos Senhores Deputados das Comissões Parlamentares reunidas em audição. Deu indicação de uma alteração da duração prevista daquela audição, em virtude de um compromisso inadiável em Bruxelas da Senhora Deputada Maria João Rodrigues, que a obrigaria a sair significativamente mais cedo do que o previsto. A Senhora Presidente lamentou as circunstâncias atípicas que prejudicariam o tempo disponível para os pedidos de esclarecimento e respostas, apelando ao respeito estrito dos tempos de intervenção na ronda única, passando de imediato a palavra para a introdução do tema da audição.

Dando indicação de que iria apenas aludir aos principais aspetos do seu Relatório sobre o tema em referência, aprovado no Parlamento Europeu em janeiro de 2017, a Senhora Deputada ao Parlamento Europeu começou por indicar que o Pilar Europeu dos Direitos Sociais permitiu numa primeira fase reforçar a segurança dos cidadãos na transição democrática, sendo que as atuais propostas atualizam os padrões do Pilar para os grupos sociais mais desprotegidos, através de iniciativas dirigidas especificamente para as crianças e os jovens (também apoiados com o reforço da



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 94/XIII/ 2.ª SL

Garantia Jovem), medidas facilitadoras da conciliação da vida profissional e familiar e melhoria das condições de trabalho, apoio na deficiência e geriatria e combate à pobreza. Concluiu, deste modo, a sua intervenção, indicando que considerava terem sido atualizadas e reforçadas as medidas do Pilar nessas áreas, embora considerasse faltarem instrumentos para garantir uma transição para novos padrões sociais, nomeadamente através de legislação e apoio financeiro, incluindo a revisão dos modelos de contratos de trabalho. Referiu ainda a necessidade de atualização dos instrumentos do Semestre Europeu, nomeadamente para incentivar a convergência não só económica mas também social, pelo que considerou fundamental a existência de indicadores que tivessem em conta a dimensão social e não apenas a *performance* orçamental dos países. Essa convergência deveria ser apoiada por políticas económicas, sociais e incentivos financeiros, incluindo o apoio dos fundos estruturais e Fundo Europeu de Investimento Estratégico, bem como pela capacidade orçamental da própria União Europeia (UE), quando ela vier a existir.

Na ronda de questões, usaram da palavra os seguintes Senhores e Senhoras Deputadas: **Duarte Marques (PSD)**, que aludiu ao modelo social europeu como uma característica distintiva da UE, graças ao trabalho dos Estados-Membros e com o contributo do financiamento da UE. Considerou que o caminho a seguir pela UE deve ser o de respeito pelos percursos escolhidos por cada Estado-Membro, evitando situações em que as diferenças entre eles possam ser aproveitadas. Quanto aos desafios da globalização, referiu os “desempregados tecnológicos” e a necessidade de uma resposta conjunta para as situações em que existam vítimas do processo de ajustamento às mudanças, conforme previsto para a agricultura e pescas. Assinalou ainda a diferença entre as propostas da Comissão Europeia (CE) e as existentes no Relatório do Parlamento Europeu (PE), perguntando onde teria ficado o apoio financeiro de incentivo à parentalidade, ausente da proposta final apresentada pela CE; **Vitalino Canas (PS)**, que indicou que o seu Grupo Parlamentar prescindiria do tempo de intervenção, tomando a palavra apenas para assinalar a dinâmica positiva criada em torno da reflexão sobre a dimensão social, saudando o facto de ver refletidas na agenda e prioridades do projeto europeu as preocupações do seu Grupo Parlamentar; **Isabel Pires (BE)**, que assinalou a importância do Pilar no contexto da resolução de problemas de emprego e exclusão, muitos dos quais aprofundados pela



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 94/XIII/ 2.ª SL

crise financeira, que também aumentou a divergência entre os países, sobretudo os que tiveram que passar por procedimentos por défice excessivo e que sofreram as consequências de um pesado serviço de dívida. A propósito dos desafios identificados no Relatório, destacou as medidas a tomar em relação aos novos contratos de trabalho, incluindo a figura dos “contratos zero” (contratos de trabalho que não asseguram qualquer pagamento de remuneração), e do aumento da precariedade proporcionada pela evolução tecnológica. Quanto ao combate à evasão fiscal por parte das empresas, referiu o fardo para os contribuintes que representa a injeção de financiamento público no sistema financeiro e inquiriu qual o retorno económico e social que era esperado desse investimento, atendendo às práticas fiscais agressivas que as empresas apoiadas realizam. Aludiu para finalizar à contradição aparente entre as prioridades anunciadas pela CE e a realidade da sua atuação, por exemplo, nas prioridades e critérios para atribuição de apoios financeiros nos seus Programas; **Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP)**, que iniciou a sua intervenção referindo os movimentos populistas que, por um lado, atacam o projeto europeu mas que, por outro, perdem a sua coerência quando atacam o Pilar, uma vez que o mesmo atua precisamente onde esses movimentos são mais críticos da UE. Solicitou mais detalhe quanto às prioridades políticas europeias e medidas concretas para áreas de particular relevância para o seu Grupo Parlamentar, nomeadamente sobre os desempregados de longa duração e sobre os direitos dos mais jovens e pessoas com deficiência; e **Rita Rato (PCP)**, que enfatizou os motivos de pobreza e desigualdade, que atribuiu às condições sociais e deterioração dos direitos dos trabalhadores. Sublinhou que a diversidade de formas contratuais laborais não poderia equivaler a situações de ilegalidade, tendo atribuído à desvalorização da contratação coletiva a situação atual de desproteção dos trabalhadores em relação a direitos consagrados nesses contratos. Quanto ao progresso tecnológico, considerou que não teria contribuído para uma redução de desigualdades; pelo contrário, assistia-se a uma concentração crescente da riqueza.

A Senhora Deputada ao Parlamento Europeu agradeceu as questões colocadas e respondeu individualmente a cada intervenção. No final da ronda única a Senhora Presidente agradeceu-lhe novamente a sua disponibilidade, fazendo votos de um bom



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 94/XIII/ 2.ª SL

regresso a Bruxelas, tendo finalizado a reunião com um agradecimento ao Senhor Presidente da 10.ª Comissão e aos Deputados que participaram na audição.

A audição foi gravada em vídeo e transmitida em direto pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede (gravação integral disponível em: <http://www.canal.parlamento.pt/?cid=2032&title=audicao-a-deputada-ao-parlamento-europeu-maria-joao-rodrigues-sobre>).

A reunião foi encerrada às 11:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 junho 2017.

O PRESIDENTE

FELICIANO BARREIRAS DUARTE



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 94/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro
Carla Barros
Carla Tavares
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Anacoreta Correia
Isabel Pires
Joaquim Raposo
Maria das Mercês Borges
Pedro Roque
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Rui Riso
Sandra Pereira
Sofia Araújo
Susana Lamas
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
Ana Rita Bessa
Elza Pais
Francisco Rocha
José Silvano
Maria da Luz Rosinha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Joana Barata Lopes
José Moura Soeiro
José Rui Cruz
Sónia Fertuzinhos
Tiago Barbosa Ribeiro

